



Carlos Castello Branco e a opinião no jornalismo brasileiro-¹

Ana Regina Rêgo²
UFPI/UMESP

Resumo

O artigo trata do jornalismo praticado por Carlos Castello Branco, um dos maiores jornalistas políticos brasileiros do século XX. A pesquisa empreendida tem como foco central de análise a Coluna do Castelo no Jornal do Brasil, sob a ótica do jornalismo opinativo. O texto apresenta ainda uma pequena revisão de literatura sobre gêneros jornalísticos e reconstitui de forma rápida a trajetória do comentarista e escritor em pauta.

Palavras-chave: Carlos Castello Branco, Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, Jornalismo opinativo.

Introdução

Carlos Castello Branco atuou na imprensa brasileira por mais de meio século, sendo que mais de trinta anos passou no Jornal do Brasil, onde assinava diariamente a Coluna do Castelo. Nela, tecia comentários habilidosos sobre a vida política nacional. Tornou-se o jornalista político mais respeitado do país. Presidentes, Senadores e demais políticos, procuravam-no com frequência, ora para repassar “furos”, ora para conferir dados já noticiados.

Castelinho, como era conhecido no meio jornalístico, criou um estilo único para comentar o dia-a-dia da política nacional. Dono de uma memória invejável, não perdia nenhum detalhe do que lhe passavam durante o dia, ou mesmo à noite. Com ele o jornalismo opinativo que havia perdido espaço para o informativo ao longo do século XX, volta a se fazer presente de modo imperativo, sobretudo, durante a ditadura militar, quando Carlos Castello Branco “foi o Congresso quando o Congresso já não o era. (Sarney, 2000). Constatação que por sinal, ele mesmo já havia feito ao se referir ao período em que o Ato Institucional (AI-5) impôs recesso ao Congresso. Naquela época a Coluna referia-se com

¹ Trabalho apresentado ao GT de Mídia Impressa, do V Congresso Nacional de História da Mídia

² Jornalista. Mestre em Comunicação e Cultura ECO-UFRJ. Doutoranda em Comunicação-UMESP. Profa. Assistente III da UFPI. Email: ana.rani@uol.com.br

freqüência a importância daquele casa de legisladores, destacando o relevante papel que deputados e senadores exerciam na democracia.

Carlos Castello Branco, mesmo sendo preso inúmeras vezes e ameaçado de morte outras tantas, manteve os comentários políticos em sua coluna no JB conseguindo levar ao povo, diretamente, ou, através das entrelinhas, uma noção de como andavam os bastidores da política nacional.

Observador privilegiado. Presenciou os grandes momentos da vida política do país durante mais de três décadas. A começar pelo episódio da renúncia de Jânio Quadros, de quem foi Secretário de Imprensa.

O jornalismo de Castello Branco é nomeado de várias formas como veremos ao longo do texto, mas era ao comentário político que ele se dedicava diariamente ao escrever sua coluna. Sua opinião era capaz de mover as pedras que conduziam os bastidores do poder.

O presente trabalho parte, portanto, da trajetória do jornalista Castelinho e envereda pelos caminhos teóricos do jornalismo opinativo para chegar até a análise da Coluna do Castelo, onde além de estudarmos o gênero e os formatos praticados pelo jornalista, atestamos a importância de seu texto para a vida política nacional durante a segunda metade do século XX.

Carlos – a trajetória do jornalista

Carlos Castello Branco nasceu em Teresina em 1920, era filho do Desembargador Christino Castello Branco e Ducilla Santana Branco. Aos 16 anos foi enviado pelo pai para Belo Horizonte para estudar. Embora tenha se formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais em 1943, foi ao jornalismo que se dedicou. Sua carreira como jornalista iniciou ainda em Teresina onde lançou junto com amigos, o jornal A Mocidade. Já em Belo Horizonte começou a trabalhar no jornal Estado de Minas pertencente aos Diários Associados, onde ocupou diversos cargos inclusive de chefia, tendo optado posteriormente por atuar como repórter político, e, foi nesta área que ganhou projeção e tornou-se influente.



Em 1945 foi convidado por Carlos Lacerda para trabalhar com ele no Diário Carioca. Deixou então Belo Horizonte com destino ao Rio de Janeiro, mas ao chegar ao Diário foi informado de que Carlos Lacerda havia pedido demissão. Trabalhou então em O Jornal, depois no Diário Carioca e posteriormente na Revista Cruzeiro.

Ainda na Cruzeiro, foi destacado para cobrir a campanha presidencial de 1960 acompanhando o candidato Jânio Quadros e seu assessor José Aparecido de quem se tornou amigo. Em 1961 foi convidado pelos dois para assumir a função de Secretário de Imprensa, cargo que ocupou por poucos meses até a renúncia de Jânio em agosto de 1961.

Em 1962, retornou ao jornalismo, convidado inicialmente por Mário Faustino para assinar uma coluna no Jornal Tribuna da Imprensa, o que não chega a se concretizar. Terminou aceitando depois o convite de Nascimento Brito e Alberto Dines para assinar uma coluna sobre política no Jornal do Brasil, onde permaneceria até sua morte em 1993. Sobre o convite e o nome da coluna Dines (2000) relata

Em 1962 o Jornal do Brasil comprou a aguerrida Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda (então governador da Guanabara) e logo depois a direção foi entregue à dupla Mário Faustino - Hermano Alves. Carlos Castello Branco foi por eles convidado a fazer uma seção de análise política, diária. A ‘nova fase’ simplesmente não aconteceu. Entre outras razões porque a primeira edição saiu com 24 horas de atraso. Castello e Armando foram convidados a transferir as respectivas colunas para o JB.

(...) Então, qual o nome? Castello lembrou de um combativo jornalista americano, Max Lerner, cujos artigos eram distribuídos a dezenas de jornais sob a rubrica The Max Lerner Column.

Sapequei: “Coluna do Castelo”.

A partir de então, Castelinho passou também a chefiar a sucursal do JB em Brasília. Em janeiro de 1963 foi publicada a primeira Coluna do Castelo. A última, ainda escrita por ele, seria publicada em meados de maio de 1993 poucas semanas antes de sua morte.

Em sua trajetória, Castello foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, de 1976 a 1981. Tendo ainda se dedicado à literatura com a publicação de *Continhos Brasileiros* em 1952 e do romance *Arco do Triunfo* em 1964. Além destes

livros, publicou vários outros sobre política, o último deles, somente veio a público após sua morte, chama-se *A renúncia de Jânio* e relata as tensões vivenciadas nos poucos dias do governo de 1961.

Carlos Castello Branco ao optar pela área política também fez opção consciente sobre que tipo de jornalismo gostaria de praticar e mostrou que não se conformava somente com o relato fiel dos fatos. A opinião o acompanhou até os últimos dias de vida. A opinião como arma e munição, contra ou a favor do poder.

Diante desse contexto, e, visando analisar mais detalhadamente o gênero e os formatos praticados pelo jornalista, passamos a seguir a rever os conceitos dos gêneros jornalísticos com ênfase no opinativo.

Gêneros jornalísticos – a opinião em destaque

O estudo dos gêneros jornalísticos ao qual poucos teóricos se dedicaram até o momento no Brasil, volta a tona despertando o interesse de novos e de experientes pesquisadores que adotam diferentes metodologias para refletir sobre a categorização existente e propor novos rumos. Isso acontece num momento em que o jornalismo se expande para outros suportes como a *World Wide Web* (www) e se abre para a participação de grupos não empresariais, assim como, para a interação e participação da sociedade na construção da notícia. Esse processo de interatividade iniciado timidamente através de cartas, telefone, e, por último email, foi otimizado dentro da internet pelos *blogs* jornalísticos e pelos sites de *open source journalism* (OSJ) ou jornalismo participativo, e, agora se expande para outros meios comunicativos, que passam a adotar a notícia feita pelo leitor, telespectador e ouvinte, como uma das pautas diárias. Nesse ínterim, os gêneros tornam-se híbridos dando origem a novos gêneros, a partir da fusão de formatos. O jornalismo opinativo, no entanto, apesar da mistura entre os formatos existentes, é um dos que perdura e se firma cada vez mais na prática jornalística brasileira.

Mas o interesse pelos gêneros jornalísticos é antigo. Na Inglaterra do século XVIII, Samuel Buckeley, editor do *Daily Courant*, criou a primeira classificação para os gêneros ao separar o texto do diário em *news* e *comments*. Nos Estados Unidos, os gêneros predominantes entre os séculos XVIII e XIX eram o *comments* e a *story*. Entre os povos latinos, no entanto, os gêneros tornam-se bem mais variados.

No Brasil, o interesse pela matéria surge com os primeiros cursos de jornalismo e se consolida a partir das pesquisas de Luiz Beltrão que nas décadas de 1960, 1970 e 1980 constrói as primeiras categorizações dos gêneros no Brasil. Ainda na década de 1980 Melo elabora também uma proposta para os gêneros jornalísticos. Assim, temos de um lado a categorização de Beltrão que identificou e trabalhou com três gêneros existentes no jornalismo brasileiro: o informativo, o interpretativo e o opinativo. O informativo teria quatro formatos: a notícia, a reportagem, a história de interesse humano e a informação pela imagem. Já para o interpretativo, este autor reservou somente o formato de reportagem em profundidade. Para o gênero opinativo, Beltrão (1980) apresenta os formatos: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Melo (2003) ao reeditar sua proposta apresentada em 1985, fala somente em dois gêneros e/ou categorias: o informativo e o opinativo. O primeiro com os formatos: nota, notícia, reportagem e entrevista. O segundo se dividiria em editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica e caricatura e carta. Este autor³ fez revisão recente da categorização acima, passando a incorporar os gêneros interpretativo, utilitário e diversional. O primeiro, o autor havia excluído da proposta anterior por não ter verificado em sua pesquisa de livre-docência a existência do mesmo na imprensa brasileira da época. Atualmente, porém, Melo adota para o interpretativo os formatos: dossiê, perfil, enquete e cronologia. Para o utilitário os formatos: indicador, cotação, roteiro e serviço, já o diversional divide-se em história de interesse humano e história colorida.

De todos os gêneros apresentados, dois destacam-se no texto jornalístico: o informativo e o opinativo. A polaridade existente entre eles não é de agora. A imprensa francesa nos séculos XVIII e XIX optou pelo caminho da opinião motivada pela efervescência política e o debate sobre as questões estruturais e essenciais à vida do país. Já o jornalismo inglês na mesma época, fez escolha pela informação, motivada principalmente pelo cerceamento à liberdade de expressão e pelas leis fazendárias daquela nação. Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos já em meados do século XIX vai de certo modo perseguir o modelo informativo inglês, no entanto, aperfeiçoado pela motivação mercadológica e explosão dos jornais populares de grandes tiragens. A respeito da evolução do jornalismo e predominância da informação, Melo (2003) enfatiza que o jornalismo informativo destaca-se hegemonicamente ainda no século XIX quando assume feição industrial ao transformar a notícia em mercadoria e se colocar como um negócio rentável.

No Brasil, é sabido que o jornalismo já nasceu dividido entre a informação e a opinião, de um lado, o pioneirismo de Hipólito da Costa, no Correio Braziliense, encampava a opinião e, mesmo sendo impresso do outro lado do atlântico, debatia a vida

³ MARQUES DE MELO. Anotações de sala de aula. UMESP. 2006



política e os destinos da colônia portuguesa. Do outro lado, a Gazeta do Rio Janeiro, que nasceu sob o julgo do Estado e destinava-se a poucas notícias de uma imprensa “áulica” e a divulgar os atos oficiais do governo português em terras brasileiras, possuía, portanto, caráter mais informativo.

Aqui, a opinião prevaleceria durante o século XIX, declinando ao final do Império, mas permanecendo ainda com muita força até meados do século XX, a partir de quando os veículos impressos nacionais passam a trabalhar com uma ótica mercadológica aderindo à pragmática norte-americana e, buscando, principalmente, a sobrevivência pelo viés da lógica capitalista, passando a atuar como empresas. Durante as décadas seguintes, o espaço da opinião foi sendo moldado dentro do jornalismo brasileiro, e esta passa a interagir com os conteúdos informativos de forma concatenada. Deste modo, os textos opinativos, em geral, se originam em um algum acontecimento noticiado pelos textos informativos.

Neste trabalho, como já frisamos, o nosso interesse está focado basicamente no jornalismo opinativo. Muito embora, seja este, um gênero que não sofre retaliações, já que a opinião é invariavelmente clara, e, portanto, facilmente identificável. É também um gênero que atualmente sofre um processo evolutivo, principalmente, no que concerne aos veículos encontrados no suporte *on-line*, em que a opinião ultrapassa as barreiras dos formatos propostos para os impressos.

Conforme afirma Melo (2003), o texto opinativo dentro de um veículo jornalístico pode vir de quatro diferentes emissores: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor. A empresa se manifesta através do editorial, o jornalista pode optar pelo comentário, coluna, resenha, crônica e até mesmo artigo, que também pode vir a ser escrito por um colaborador externo ao veículo. O leitor participa por meio das cartas. São, portanto, os núcleos emissores do texto jornalístico, assim como, os formatos, o estilo e respectivos conteúdos que terminam por definir a natureza opinativa. No quadro 1 detalhamos as características principais de cada formato opinativo.

FORMATOS	CARACTERÍSTICAS
Editorial	Representa a voz da empresa. Possui orientação ideológica.



	Possui quatro atributos específicos: impessoalidade, topicalidade, condensalidade, e plasticidade. Beltrão <i>apud</i> Melo (2003, p.108).
Artigo	O artigo possui características similares ao editorial, quanto à topicalidade, estilo e estrutura (título, introdução, discussão/argumentação e conclusão), contudo não expressa a opinião do veículo.
Coluna	O colunismo possui três funções: a primeira seria atender a uma necessidade de satisfação substitutiva existente no público leitor. A segunda seria a função de “balão de ensaio”, quando insinua fatos, lança idéias sugere situações, com a finalidade de avaliar as repercussões. E, por último, de alimentar a vaidade de pessoas importantes, oferecer modelos de comportamento e estimular o modismo. (Melo, 2003, p.143).
Resenha ou Crítica	A resenha é um texto concernente a apreciação de uma obra artística que tem por objetivo orientar o leitor.
Crônica	A Crônica é um relato circunstanciado sobre acontecimentos a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência às informações colhidas junto à protagonistas e testemunhas oculares. Invariavelmente no Brasil trazem como pano de fundo a crítica social. (Melo, 2003, p.140)
Charge e Caricatura	Ambas compõem o que Beltrão denomina de opinião ilustrada. Ao lado das fotos e <i>cartoons</i> , elas incorporam a opinião do autor acerca do assunto que retratam e criticam.

Comentário	O comentário vai além do editorial, pois mantém independência em relação à linha do veículo, sendo escrito com técnica livre. Sua estrutura é bastante simples, primeiro realiza-se a síntese do fato e a seguir argumenta-se emitindo juízo de valor sobre o mesmo.
Cartas	Constituem o primeiro modo de interatividade entre a sociedade e os veículos de comunicação. Revelam a opinião do leitor sobre assuntos de seu interesse.

Quadro 1
Formatos Opinativos

A Coluna do Castelo

Os fatores que determinam um gênero jornalístico estão relacionados de um lado, ao estilo enquanto forma de expressão e, de outro, a intencionalidade dos relatos jornalísticos, ou ainda, a função que exerce o texto junto à sociedade. Em relação à funcionalidade Melo (2003, p.60) relata que “ Beltrão sugere uma separação dos gêneros segundo as funções que desempenham junto ao público leitor: informar, explicitar e orientar”, ele exclui a categoria diversional, privilegiando para atividade jornalística o exercício de uma prática comprometida com a verdade e a serviço da sociedade. A diversão, o entretenimento, as atividades lúdicas continuam como atribuições dos meios de comunicação, mas necessariamente não se enquadram no jornalismo.

Desta forma, tendo como base o estilo, a intencionalidade do autor e a função do texto, o jornalismo de opinião se constitui como um dos gêneros mais explícitos. Mas, se por um lado, não há divergência no que concerne a categoria opinativa, o mesmo não ocorre em relação ao enquadramento dos textos nos formatos. O jornalismo praticado por Castelinho em sua Coluna no JB, por exemplo, o levou a ser denominado de diferentes formas, ora jornalista político, ora colunista, ora cronista político e muito mais raramente comentarista. Depoimento de Luiz Orlando Carneiro (2000) sintetiza a confusão de



conceitos, “Castelinho deu à crônica política, como disse alguém, ‘um inequívoco status de história’. Sua prosa cotidiana(ou como romancista e contista) era ‘feita de nervo e cristal’”.

Assim, antes de nos debruçarmos sobre a Coluna do Castelo vale a pena nos voltarmos um pouco mais para os três formatos que lhes são imputados: a coluna, a crônica e o comentário.

A coluna seria um espaço especializado publicado regularmente, tendo como característica a personalidade, muito embora possa vir sem assinatura. Nela podemos encontrar notas, comentários, crônicas e até artigos. Às vezes, mais de uma dessas formas podem aparecer no mesmo espaço. A coluna é o lugar do novo, onde se lançam idéias, se prenunciam acontecimentos, ou ainda, onde se procura orientar os leitores sobre assuntos pertinentes ao interesse da coletividade.

A crônica que historicamente relaciona-se com a narração cronológica dos fatos chega ao jornalismo conservando o sentido de relato histórico e, atualmente no Brasil mantém três características peculiares ao texto jornalístico: a atualidade, a oportunidade e a difusão coletiva. A associação da crônica jornalística com a literária é inevitável, no entanto, a primeira exige do cronista a participação direta na vida social que pretende retratar. Os cronistas que se dedicam ao jornalismo “realizam uma tradução livre da realidade principal, acrescentando ironia e humor à chatice do cotidiano” Melo (2003, p.156).

O comentário também se dedica a tratar a atualidade. No entanto, o estilo não se assemelha ao literário, mesmo quando o autor lança mão de conotações humorísticas. O comentário dedica-se a captar os fatos, perceber a importância, traduzir a abrangência e os desdobramentos para o público. O jornalista que se pretende comentarista deve ter visão sistêmica sobre a área que comenta, assim como, relacionamento sinérgico com as fontes principais do meio. Outra característica do comentário é que deve acontecer antes ou em cima dos fatos, deve acompanhar a notícia, motivo pelo qual exige cuidado de quem o pratica, a fim de evitar erros de predição.

O cronista, conforme entendido no Brasil, é um contador de histórias a partir das próprias notícias, seu estilo é leve e despojado. O comentarista, por sua vez, é um observador que se faz formador de opinião e que apresenta não apenas visão holística, mas sugere caminhos a partir da observação que faz do ambiente.

A Coluna do Castelo registrou e comentou aspectos e momentos decisivos da vida nacional. Visando analisá-la do ponto de vista do gênero e formato praticados pelo jornalista. Escolhemos dez enunciados veiculados em sua coluna ao longo de trinta anos, e que são representativos de fatos históricos decisivos para o Brasil. A amostra compõe-se assim de comentários publicados na Coluna nos dias 03 de janeiro de 1963, 24 de março de 1964, 31 de março de 1964, 29 de maio de 1964, 14 de dezembro de 1968, 30 de outubro de 1975, 12 de abril de 1984, 30 de setembro de 1992, 15 de outubro de 1992 e 28 de fevereiro de 1993.

Enunciado 1 – publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 03 de janeiro de 1963

O pão na Guerra, Pastas Civis e reforma difícil

Brasília- Kruel na Guerra, fator de equilíbrio- Nas escassas fontes de informação e nos limitados setores de repercussão política de Brasília, neste momento, recebe-se com reserva a notícia de que o Presidente da República decidiu indicar o Ministério da guerra o General Osvino Alves. Tal escolha significaria uma opção considerada audaciosa num momento em que não se pode dar como totalmente vencida a crise política, pois, apesar do plebiscito e ao menos pelo prazo de 90 dias, a nomeação de Ministros estará condicionada à aprovação da Câmara. A menos que, com a escolha do General Osvino, o Sr. João Goulart se decida a ousar tudo, inclusive no que se refere à tese de revogação automática do Ato Adicional.

Quanto à questão militar, em si, o que se sabia de conversas de assessores do Presidente da República é que o Governo a considerava tranqüila, pois, tendo o apoio da ala do General Osvino, teria por outro lado, com a definição antiesquerdista do General Kruel, a segurança de que os grupos de oposição estariam pacificados na medida em que permanecesse na Pasta da Guerra o antigo Chefe da Polícia do Rio. Num raciocínio até certo ponto simplista, alegava-se que com Osvino e Kruel o Governo asseguraria senão o apoio pelo menos uma atitude passiva da totalidade do Exército.

Enunciado 2: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 24 de março de 1964

Brizola e João Goulart

O Sr. Leonel Brizola está praticamente ajustado com o Sr. João Goulart. O governo refletirá este ajustamento na sua recomposição. O presidente da República, sem mencionar posto,

voltou a falar na presença do Sr. Brizola no ministério, e o deputado carioca aceitou oficialmente a convocação para, como primeiro-vice-presidente do PTB, assumir a presidência efetiva do partido, na qual iniciará a campanha pelo plebiscito.

Enunciado 3: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 31 de março de 1964

O Congresso e o golpe

O manifesto do governador Magalhães Pinto, recebido com euforia pela oposição e com desafogo pelo PSD, ao qual se ofereceu um novo pólo de poder, repercutiu ontem na Câmara dos Deputados como o episódio decisivo da mobilização de forças para conter o presidente João Goulart (...) Sabe-se que o governador Magalhães Pinto, antes de divulgar seu manifesto, guarneceu as fronteiras do estado (...) Com a relativa segurança dessas horas de crise, informa-se igualmente que o presidente João Goulart estaria em face de um ultimato dos comandos militares com referência à punição dos subalternos da Marinha prestigiados pelo governo (...) Muitos políticos não hesitavam em prever uma renúncia do presidente nas próximas horas, como recurso tático para desencadear uma resistência.

Enunciado 4: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 29 de maio de 1964

Cassação de JK

No momento em que foi dada como iminente a suspensão dos direitos políticos do Sr. Juscelino Kubitschek, uma sensação de angústia se apoderou dos meios políticos, como se de repente enveredasse a Revolução pela porta estreita que leva ao monopólio de poder por um grupo com inspirações menos políticas que moralistas.

Enunciado 5: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1968

AI-5

Ao Ato Institucional de ontem não deverá seguir-se nenhum outro ato institucional. Ele é completo e não deixou de fora, aparentemente nada em matéria de previsão de poderes discricionários expressos (...) Ele cobre perfeitamente as previsões dos deputados mais íntimos do processo revolucionário, que antecipavam uma peça destinada a munir o governo dos instrumentos para tudo o que por timidez ou por compromisso democrático deixou de fazer, nos dias quentes da Revolução de março, o presidente Castello Branco. O

Congresso, posto em recesso por tempo indeterminado, está praticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário.

Enunciado 6: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 30 de outubro de 1975

Morte de Vladimir Herzog

.... todos concordam que devem ser presos os que infringem a lei e ninguém recusa ao Sr. Petrônio Portela o mínimo de consenso em torno da condenação da violência. Ao final, não se fica sabendo de que violência se trata, pois há um cuidado generalizado de não dar seguimento a propostas como a do Sr. Franco Montoro para uma apuração em conjunto de um episódio que, se deve ser apurado, e que esconde em si algo de obscuro. Referimo-nos, evidentemente, à morte de um jornalista em São Paulo, a propósito da qual o presidente do MDB advertiu a respeito das responsabilidades da autoridade policial para com o detido, sobretudo sua integridade física, resguardando o seu amplo direito de defesa.

Enunciado 7: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 12 de abril de 1984

Campanha das diretas

Embora ainda haja alguns comícios programados, a capacidade de mobilizar a opinião pública em favor da eleição direta chegou a seu ponto culminante no extraordinário comício do Rio de Janeiro. Toda a emoção desencadeada na cidade e no país não pareceu suficiente, no entanto, para afetar a decisão política de negar aprovação à emenda Dante de Oliveira, que morrerá no próximo dia 25, salvo acidente que emocione além do normal deputados e senadores.

Enunciado 8: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 30 de setembro de 1992

Impeachment de Collor

Acabou-se o governo Fernando Collor. O massacrante resultado da votação, ontem, na Câmara dos Deputados, e o entusiasmo que eclodiu no país de ponta a ponta tornaram irrelevantes quaisquer perspectivas de resistência. Hoje ainda o Senado deverá comunicar ao presidente da República seu afastamento, que deverá durar teoricamente enquanto se procede ao inquérito para apurar sua responsabilidade e o seu julgamento.

Enunciado 9: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 15 de outubro de 1992

A morte de Ulysses

Ficou nos amigos de todos eles o terrível sentimento de perda. A nação, no entanto, choraria principalmente dois deles: Ulysses Guimarães e Severo Gomes, dois grandes da República. Eram homens de feições diferentes, brasileiros cada um a seu jeito, realizando-se num espaço que iria lhes dar, a cada um, a medida da sua aventura e a repercussão do seu desempenho. A voz de Ulysses tinha mais volume e sua presença mais visibilidade. Ele era o homem dos grandes cenários e o ator dos gestos monumentais. Quando em ação, nada o detinha. A adversidade costumava ser para ele um estímulo.

Enunciado 10: publicado na Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 28 de fevereiro de 1993

O plebiscito

Discute-se hoje se foi acertada ou não a decisão de antecipar o plebiscito. Na verdade a intenção foi discutida e decidida sob a influência de uma crise que fazia supor a necessidade de armar alternativas para solucioná-la. As tensões geradas pelo governo Collor e a proposta de votar o *impeachment* do presidente (...) criavam um impasse institucional de tal modo que antecipar a consulta sobre mudanças poderia ser apontar para eventuais soluções institucionais para uma insolúvel crise do governo.

Considerando que o comentário “explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas conseqüências (Melo, 2003, p.115). E que tem como características a atualidade e a continuidade, ou seja, uma necessária articulação com os comentários tecidos anteriormente sobre o mesmo assunto, que colocados lado a lado, dia-a-dia, traduzem a evolução dos fatos, obviamente pela ótica do comentarista. O texto de Castelinho se enquadra nesse processo como um tradutor dos fatos e das possíveis conseqüências dos mesmos.

Castelli *apud* Melo (2003,p.117) enumera três tipos de comentários: análise de um problema, como podemos verificar nos enunciado 1, 2 e 3; documentação de um fato, como visualizamos nos enunciados 4 e 5, e, crítica de uma situação verificada nos enunciados 6 e 7. Assim, tanto o gênero quanto os formatos jornalísticos praticados por Castelinho enquadram-se também na classificação proposta pelo autor acima. Prevalecendo em seu texto, a opinião e o comentário, dentro de uma coluna assinada.



Conclusão

O jornalismo já nasceu ancorado no poder. Às vezes cria deste, quando o Estado lançava folhas para repassar seus atos e ideologias à população. Outras, voz do poder, através dos jornais dos partidos políticos que compunham as bases aliadas ou as forças de oposição. De qualquer dos lados, o jornalismo político se relacionava diretamente com o poder. Inicialmente, a prática jornalística direcionada a política era integralmente opinativa. Esse contexto foi modificado pelo texto informativo que passou a predominar nos meios de comunicação, no entanto, na editoria de política a opinião sempre teve espaço.

No caso do jornalismo praticado por Castello Branco a proximidade com o poder, sobretudo, a partir da experiência como Secretário de Imprensa de Jânio Quadros lhe possibilitou o acesso aos políticos que decidiam os destinos do país, alargando o seu leque de relacionamento e de fontes, que através da Coluna do Castelo antecipavam fatos importantes. O texto de Castelinho tornou-se então leitura obrigatória para todos que se interessavam por política.

Durante os anos de ditadura adotou estilo mais ameno disfarçando a crítica ao regime militar nas entrelinhas da Coluna. Todavia, nem isto, nem a amizade com Vices-Presidentes, Senadores, Deputados.... puderam lhe salvar da prisão. Foi preso inúmeras vezes conforme relata sua esposa Élvia Castello Branco (2000)

Castello e Otacílio Lopes foram os primeiros presos do AI-5 em Brasília.

Outras três ou quatro vezes, foi levado, sempre às 5 ou 6 da manhã. Quando eu perguntava quem estava mandando prende-lo, sempre diziam não poder informar.....

Mesmo tendo sido preso após a publicação do Ato Institucional 5, o jornalista continuou firme na Coluna, com todo o apoio da direção do Jornal do Brasil. A Coluna do Castello não se limitava a notas curtas, ou a recados políticos, mas “diluía o significado oculto nos lugares comuns, repetidos dia e noite como sinais da vida ativa” (Figueiredo,

2000). O jornalista, por sua vez, não se limitava a expor os acontecimentos, mas preocupava-se em pensar além, e traduzir os fatos e seus possíveis desdobramentos.

A coluna veiculada na segunda página do jornal conseguia transformar a opinião pessoal em opinião pública, principalmente, pelo grande prestígio alcançado e pelo fato de ser lida diariamente no JB e reproduzida em mais de trinta jornais.

Castelinho foi assim, um jornalista político, que mantinha uma coluna dedicada a comentários sobre a vida política nacional. A confusão em relação à denominação de cronista político pode ser esclarecida com a mesma explicação que Melo (2003) deu para o uso indevido do termo cronista por parte de Márcio Cavalleiro em relação ao jornalista Newton Carlos, ou seja, de que Márcio deteve-se na dimensão histórica da crônica, o que daria ao cronista o título de “historiador do presente”. O comentário, assim como, as demais categorias do jornalismo, também pode registrar momentos históricos. Mas ressalve-se, registra sob a ótica do autor, portanto, como as demais peças jornalísticas, não se constitui como documento histórico, ao contrário, seria fonte coadjuvante no processo de construção do discurso em uma dimensão histórica.

O jornalismo praticado por Carlos Castello Branco registrou os principais acontecimentos relacionados aos revezes do poder no Brasil durante trinta anos. Sua Coluna como afirmam vários, era leitura obrigatória para todos. Sua influência levava gestores públicos e políticos poderosos a procurá-lo para repassar informações e ouvir conselhos. Os assuntos políticos sérios eram invariavelmente noticiados pela Coluna do Castello, que antecipava os acontecimentos com precisão.

A capacidade de discernimento e de análise conjuntural do jornalista, fizeram com ele fosse respeitado e ouvido pelos quatros cantos do Brasil. A política se fez por intermédio de suas palavras, muitas vezes, bem mais do que nos palcos legítimos de debate público. Sua Coluna tornou-se veículo importante e de reflexividade do poder.

Deste modo, fica patente que a atuação de Carlos Castello Branco ajudou a consolidar o gênero opinativo no jornalismo brasileiro, tanto em momentos de supressão do estado de direito, como em momentos de democracia plena. Por outro lado, escolheu o comentário, como o melhor meio para traduzir os meandros da política nacional. A sua Coluna foi, portanto, de fato um alicerce da democracia mesmo quando esta não existia no Brasil.



Referências

BELTRÃO, Luiz. Jornalismo opinativo. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CARNEIRO, Luiz Orlando. IN: Observatório da Imprensa. Artigo de 5/7/2000. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br acesso em 01/04/2002.

DINES, Alberto. IN: Observatório da Imprensa. Artigo de 5/7/2000. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br acesso em 01/04/2002.

CASTELLO BRANCO, Carlos. A renúncia de Jânio- um depoimento. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1996.

CASTELLO BRANCO, Élvia. IN: Observatório da Imprensa. Entrevista reproduzida em 5/7/2000. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br acesso em 01/04/2002.

FIGUEIREDO, Wilson. IN: Observatório da Imprensa. Artigo de 5/7/2000. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br acesso em 01/04/2002.

MELO, José Marques de. Jornalismo Opinativo. Campos do Jordão: Ed. Mantiqueira, 2003.

SARNEY, José. IN: Observatório da Imprensa. Reprodução da homenagem prestada a Carlos Castello Branco no Congresso Nacional em junho de 2000. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br acesso em 01/04/2002.